



SIMULADO ESPECIAL TCE BA

**Auditor Estadual
de Controle Externo
Pós-Edital**

Simulado

Simulado Especial TCE-BA (Auditor Estadual de Controle Externo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TCE-BA (Auditor Estadual de Controle Externo);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TCE-BA-Auditor-12-11>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo*

01. A frase abaixo que mostra a presença do discurso indireto livre é:

- a) — Não há mais o que fazer! — exclamou o médico.
- b) O primeiro dia de aula estava começando. Queremos todos os alunos no auditório. A direção fazia questão de dar as boas-vindas aos alunos.
- c) Disseram as más línguas que tudo não passava de encenação.
- d) Desacreditado, imperador disse que jamais havia presenciado tamanha ousadia e falta de sorte.
- e) Então respondeu o cavaleiro: — Com muito pesar, precisarei deixá-la só esta noite!

02. Uma das qualidades estruturais das frases que escrevemos é o respeito pelo paralelismo sintático. A frase abaixo que emprega corretamente essa estratégia é:

- a) Os pesquisadores tornaram-se referência; os médicos foram essenciais.
- b) O Congresso impidiu novas manifestações.
- c) Vivi motivado por dois sonhos: paz e liberdade.
- d) O jornalista afirmou ser imparcial e que prezava a liberdade de imprensa.
- e) Para esquecer o presente, vive-se o passado.

03. Em muitas frases estabelecemos comparações entre elementos do texto, tanto de forma objetiva como de forma figurada. Assinale a frase abaixo que não exemplifica qualquer tipo de comparação.

- a) "A gentileza, bem como o amor, transforma uma vida".
- b) "Paz é manter-se calmo apesar do caos".
- c) "O amor consiste em doação permanente, como uma fonte de águas na nascente".
- d) "A saudade é um cais onde se finca o pé vendo o mar".
- e) "Ter paz é melhor do que ter razão".

04. "Se você repetir isso mais uma vez, eu vou morrer de tédio". A expressão "morrer de tédio" expressa

- a) uma ironia
- b) uma piada
- c) uma ameaça
- d) uma comparação
- e) um exagero

05. A frase abaixo que foi construída exclusivamente por linguagem formal é:

- a) As medidas implicam em crescimento populacional.
- b) As vacinas chegaram nas cidades mais distantes
- c) Lembrávamos aquele dia com carinho.
- d) Viajei para informar-lhes de que a situação não mudou.
- e) Seu esforço visava o sucesso.

TEXTO PARA A QUESTÃO 6

O filósofo alemão Hegel, que viveu no começo dos anos 1800, sugeriu que "o que aprendemos da história é que não aprendemos com a história". É difícil discordar do filósofo. A pandemia e a mudança climática têm mais em comum do que se enxerga à primeira vista. Ambas são ameaças globais. O vírus não respeita fronteiras e, portanto, só será plenamente controlado quando todos os países estiverem imunizados.

A mudança climática tem como principal vilão a emissão de gases de efeito estufa. Tanto faz em que continente a emissão ocorre. Portanto, as respostas a ambas as ameaças terão que ser globais e sincronizadas. Não é de hoje que se sabe que a mudança climática terá efeitos devastadores se não debelada a tempo. As chocantes lições da pandemia parecem ter acordado a consciência coletiva do planeta quanto aos limites de resistência a abusos.

06. De acordo com o texto, a semelhança entre a pandemia e a mudança climática está

- a) na origem de ambas as ameaças.
- b) no alcance e no método de enfrentamento.
- c) somente na necessidade de uma resposta global.
- d) no modo como as autoridades as enfrentam.
- e) nas consequências trazidas por ambas.

07. Assinale a alternativa em que a concordância está correta de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Construiu-se casas à margem do rio.
- b) Devem haver crianças no local do acidente.
- c) Trata-se de assuntos que devem ser amplamente discutidos.
- d) Precisam-se de pessoas dispostas a mudar a relação entre o homem e a natureza.
- e) Fazem anos que a mudança climática está na pauta de encontros internacionais.

08. Assinale a opção que indica a frase que não expressa qualquer espécie de distanciamento do enunciador em face do assunto tratado.

- a) Li no jornal que haverá menos chuva em 2024.
- b) Mostram as estatísticas que haverá menos chuva em 2024.
- c) Acredito que haverá menos chuva em 2024.
- d) Segundo especialistas, haverá menos chuva em 2024.
- e) Assisti a uma entrevista em que afirmavam que haverá menos chuva em 2024.

09. “Todos estavam à procura de um novo estilo de vida”. O acento grave indicativo da crase empregado nesse segmento é devido ao mesmo fator da seguinte frase:

- a) Às vezes, exageramos em nossos argumentos

b) Os recursos foram direcionados às instituições centrais.

c) O gerente enviou os documentos às empresas responsáveis.

d) Os colaboradores estavam à disposição de todos os clientes.

e) O funcionário só abrirá a loja à noite.

10. “A verdade aparece sempre nas ações daquele que é verdadeiro”. A relação semântico-gramatical que existe entre verdade / verdadeiro se repete em:

- a) cantar / canto
- b) fidelidade / fiel
- c) equívoco / equivocadamente
- d) covardemente / covardia
- e) iluminar / iluminação

11. Assinale a alternativa que justifica corretamente o emprego da última vírgula em “Os filhos aprenderam a amar os pais; os pais, a valorizar a vida”.

- a) Para isolar um termo explicativo
- b) Para indicar mobilidade do adjunto adverbial
- c) Para indicar a supressão de um termo
- d) Por separar elementos em uma enumeração
- e) Por separar termos de mesma função sintática

TEXTO PARA AS QUESTÕES 12, 13 E 14

O estímulo do crescimento do consumo interno e a redução da crescente desigualdade estão entre as principais metas econômicas da China para os próximos cinco anos, segundo o plano nacional aprovado pelo Partido Comunista.

"A participação da renda pessoal na distribuição da renda nacional deve ser aumentada, e a participação da remuneração do trabalho na distribuição primária também deve ser elevada", diz o comunicado de ontem.

O texto fala ainda em "relações de trabalho harmoniosas" e em criar "mecanismos para expandir o consumo doméstico".

"A grande diferença do décimo segundo Plano Quinquenal é que os planos anteriores se baseavam principalmente em criar um país rico, enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população", afirmou Yang Weiming, vice-secretário-geral do Comitê de Desenvolvimento Nacional e Reforma, à imprensa estatal chinesa.

Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza, a segunda maior economia do mundo ficou bem mais desigual.

Um estudo do Centro de Distribuição de Renda e Pobreza da Universidade Normal de Pequim mostra que os 10% mais ricos ganharam 23 vezes mais do que os 10% mais pobres em 2007. Em 1998, a elite econômica ganhava 7,3 vezes mais do que os mais pobres.

O comunicado prevê ainda que a China "participe ativamente" na governança econômica mundial e na cooperação regional, além de "abrir mais para o mundo e melhorar a sua estrutura de comércio exterior".

O plano quinquenal ainda está em sua fase preliminar, sem números estabelecidos para os objetivos. Até fevereiro, ficará pronta a versão completa.

(Folha de S. Paulo, 19 de outubro de 2010)

12. A ideia que se verifica na estrutura do 5º parágrafo do texto é de

- a) concessão
- b) reiteração
- c) conclusão
- d) explicação
- e) alternância

13. Em "enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população" (4º parágrafo), o vocábulo destacado desempenha um importante papel para a construção da coesão textual, referindo-se a/ao

- a) grande diferença
- b) planos anteriores
- c) Yang Weiming
- d) décimo segundo plano quinquenal
- e) país rico

14. Do ponto de vista da coerência, a relação existente entre o 5º e o 6º parágrafos pode ser interpretada

- a) como uma ressalva
- b) como uma comprovação
- c) como uma exemplificação
- d) como uma descrição
- e) como uma contraposição

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO

Carlos Henrique

15. Um campeonato de futebol é realizado com 10 times e cada time joga com cada um dos outros uma, e apenas uma, vez. A pontuação é a tradicional: em caso de vitória, o vencedor ganha 3 pontos e o perdedor nada ganha e, em caso de empate, os dois times ganham 1 ponto cada. No fim do torneio, a soma das pontuações de todos os times deu 120. O número de jogos que terminaram empatados foi

- a) 15.
- b) 66.
- c) 17.
- d) 18.
- e) 20.

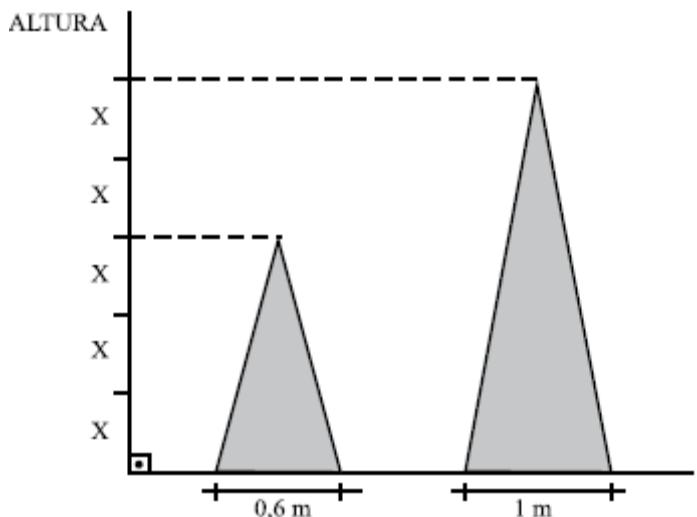
16. Corujinha está fazendo uma prova com 5 opções.

Faltam apenas 3 questões para ela terminar a prova e, necessita de acertar pelo menos uma questão para ser aprovada. Como ela não domina o conteúdo dessas 3 questões, resolve marcar aleatoriamente no cartão resposta. Qual é a probabilidade de Corujinha ser aprovada no certame?

- a) 46,5%
- b) 47,9%
- c) 48,8%
- d) 49,7%
- e) 50,6%

Utilize o texto abaixo para resolver as questões 17 e 18

O Estratégia Concursos resolveu criar imagens natalinas decorativas para o final de 2023. A soma das medidas das alturas das duas imagens natalinas é igual a 8 m.



17. A área do triângulo menor é, em m^2 , igual a:

- a) 2,0
- b) 1,8
- c) 1,5
- d) 1,2
- e) 0,9

18. Se em cada imagem natalina foram instaladas 400 lampadazinhas coloridas por metro quadrado, pode-se concluir que o número de lâmpadas instaladas na imagem de maior altura é igual a:

- a) 800.
- b) 1100.
- c) 1000.
- d) 1200.
- e) 900.

19. Se não é verdade que, no ano passado, em todos os domingos, se fazia sol, Renata passeava de moto, então, no ano passado,

- a) em nenhum domingo que não fez sol, Renata passeou de moto.
- b) em todos os domingos que não fez sol, Renata não passeou de moto.
- c) houve pelo menos um domingo em que não fez sol e Renata passeou de moto
- d) em todos os domingos fez sol e Renata passeou de moto.
- e) houve ao menos um domingo em que fez sol e Renata não passeou de moto.

20. Bia tem 14 bonecas a menos do que Ana, e Carla tem 17 bonecas a menos do que Ana. Se o produto entre o número de bonecas de Bia e o número de bonecas de Carla é igual a 208, essas três meninas têm, juntas, um total de bonecas igual a

- a) 55.
- b) 56.
- c) 57.
- d) 58.
- e) 59.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA APLICÁVEL

Herbert Almeida

21. Os conselheiros do TCE-BA se submetem a uma série de vedações, para assegurar o cumprimento de suas competências de forma técnica e imparcial. Todavia, não constitui vedação aos conselheiros do Tribunal:

- a) exercer comércio, bem como profissão liberal ou emprego particular.
- b) celebrar contrato de prestação de serviços com empresa concessionária de serviço público, quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante.
- c) exercer profissão liberal, qualquer atividade profissional remunerada ou emprego em empresa privada.
- d) exercer qualquer outro cargo ou função no serviço público, exceto se estiver em disponibilidade.
- e) exercer atividade político-partidária.

22. O Plenário do TCE-BA editou decisão condenando Paulo ao ressarcimento ao erário. Contudo, ao analisar o voto do Relator, a defesa de Paulo constatou que houve contradição na sua condenação, uma vez que ficou claro que ele estava licenciado na época da ocorrência das irregularidades.

Buscando corrigir a suposta falha na decisão, a defesa de Paulo poderá interpor, perante o relator do processo, no prazo de trinta dias da publicação da decisão:

- a) embargos de declaração.
- b) apelação.
- c) agravo.
- d) embargos infringentes.
- e) rescisão do julgado.

23. A Constituição Federal outorga a qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato o direito de oferecer denúncia aos tribunais de contas. Nesse contexto, de acordo com a Lei Orgânica e o Regimento Interno do TCE-BA, sobre a denúncia é incorreto afirmar que:

- a) a denúncia deverá estar acompanhada de ciência do órgão de controle interno ou de parecer do setor jurídico da Administração.
- b) a denúncia deverá estar assinada pelo denunciante, contendo a sua qualificação e endereço.
- c) a petição deverá estar acompanhada de prova ou indício substancial relativo ao fato denunciado.
- d) a denúncia deve se referir a administrador ou responsável sujeito a sua jurisdição do Tribunal.
- e) as denúncias formuladas por pessoa jurídica devem ser subscritas por seu representante legal.

24. O Secretário de Estado da Saúde da Bahia estava interessado em lançar diversos editais de licitação para registro de preços, com o objetivo de adquirir medicamentos e insumos para a área da saúde. Contudo, algumas exigências para fins de padronização de futuros editais foram objeto de controvérsia nas assessorias do Secretário. Por essa razão, ele resolveu apresentar consulta ao Tribunal de Contas do Estado, discutindo, em tese, a possibilidade de implementar tais exigências. Nesse caso, a respeito da consulta, pode-se afirmar que:

- a) o Secretário de Estado goza de legitimidade para apresentar consulta, devendo instruir o processo com indicação precisa da dúvida suscitada, com a formação de quesitos objetivos.
- b) a resposta à consulta constitui prejulgamento da tese, mas não se reveste de força obrigatória.
- c) é imprescindível que a consulta seja acompanhada de parecer do órgão de assistência técnica ou jurídica da autoridade consultante.
- d) a consulta poderá ser respondida pelo relator, por câmara ou pelo Plenário.

e) o Tribunal não poderá conhecer de consulta que verse sobre caso concreto.

25. Josué é servidor efetivo do Estado da Bahia e cometeu irregularidades consideradas graves pelo Relator de processo que tramitava no TCE-BA. O Relator propôs ao Tribunal a condenação do responsável, considerando os seus atos irregulares. Além da multa, o Relator sugeriu a aplicação da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração estadual.

Sobre o tema, nos termos da Lei Orgânica do TCE-BA, é correto afirmar que:

- a) por se tratar de sanção de cunho administrativo, não compete ao TCE aplicar a penalidade de inabilitação, devendo a Corte apenas sugerir a medida à autoridade responsável.
- b) se aplicável, a pena de inabilitação não poderá ser cumulada com outras sanções, em razão da vedação constitucional ao *bis in idem*.
- c) o Tribunal somente poderá impor essa penalidade mediante decisão da maioria absoluta dos seus membros, cabendo ainda propor à autoridade administrativa a aplicação da pena de demissão.
- d) a sanção, ainda que cabível, não poderia ser imposta contra servidor efetivo, mas somente a servidor que exerce cargo de provimento em comissão.
- e) a sanção de inabilitação poderá ser aplicada pelas câmaras ou pelo Plenário do Tribunal.

CONTROLE EXTERNO*Herbert Almeida*

26. Sobre as contas do chefe do Poder Executivo, marque a alternativa correta.

- a) O prazo constitucional para a emissão do parecer prévio é cabal, motivo pelo qual a ausência de emissão de parecer prévio, no prazo definido, autoriza a realização do julgamento das contas do chefe do Poder Executivo, independentemente da emissão da opinião da Corte de Contas.
- b) A deliberação da Câmara de Vereadores sobre as contas do chefe do Poder Executivo local há de respeitar o princípio constitucional do devido processo legal, sob pena de a resolução legislativa importar em transgressão ao sistema de garantias consagrado pela Constituição Federal.
- c) O parecer prévio é peça técnica de natureza opinativa para as contas do Presidente da República e vinculante para as contas dos prefeitos municipais.
- d) Caso a Câmara Municipal tenha a intenção de julgar irregular as contas do prefeito municipal, a deliberação exigirá o quórum qualificado de dois terços dos seus membros.
- e) O Tribunal de Contas da União não deverá conceder o contraditório e ampla defesa na apreciação das contas do Presidente da República, uma vez que o parecer prévio tem caráter meramente opinativo.

27. Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. A União transferiu recursos, mediante convênio, para o município Alfa, para a construção de uma ponte.
- II. A União recebeu e transferiu os recursos decorrentes de *royalties* de exploração de petróleo, devidos ao estado Beta.

Considere que o TCE do Estado Beta é encarregado de fiscalizar tanto o município Alfa como o Estado Beta.

Sobre essas situações, é correto afirmar que:

- a) No primeiro caso, a competência para a realização da fiscalização dos recursos transferidos pertence ao Tribunal de Contas do Estado, afastando-se a atribuição do TCU.
- b) No segundo caso, a competência fiscalizatória pertence ao Tribunal de Contas do Estado Beta, uma vez que se trata de transferência obrigatória.
- c) Nos dois casos, a competência para fiscalizar a aplicação dos recursos será concorrente, entre o TCU e o TCE.
- d) No primeiro caso, a competência para fiscalizar a aplicação será do TCE, enquanto no segundo a competência será do TCU.
- e) No primeiro caso, a Controladoria-Geral da União não poderá realizar fiscalização, sob pena de ofender a autonomia do ente municipal.

28. Considerando a jurisprudência do STF, marque a opção correta.

- a) As decisões do TCU sobre a constitucionalidade de leis e atos normativos do poder público possuem eficácia vinculante e erga omnes, no âmbito de toda a administração pública federal, por se tratar de processo de natureza objetiva.
- b) A apreciação das contas de governo dos prefeitos será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores, mas o julgamento das contas de gestão dos Prefeitos caberá ao respectivo Tribunal de Contas.
- c) O município prejudicado tem competência concorrente com o Estado-Membro para mover a ação de execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.
- d) Os tribunais de contas têm o prazo de cinco anos, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas, para julgar a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, mas nesse tipo de processo não haverá concessão de contraditório e ampla defesa.
- e) O TCU somente terá competência para quebrar o sigilo bancário quando se tratar de instituições financeiras públicas, em relação aos financiamentos concedidos com recursos públicos.

29. Considerando as disposições da Declaração de Lima, marque a opção correta. Ao julgar, considere que EFS significa Entidade Fiscalizadora Superior.

- a) O controle prévio tem a vantagem de diminuir o volume de trabalho e identificar adequadamente as responsabilidades previstas no direito público.
- b) A auditoria realizada por uma EFS não pode determinar o ressarcimento por prejuízos provocados ou prevenir novas ocorrências de violações.

c) Toda EFS deve realizar controle prévio, independentemente da situação jurídica de cada país.

d) O controle prévio realizado por uma EFS tem a vantagem de poder impedir prejuízos antes de sua ocorrência.

e) Se houver um controle prévio bem instituído, a EFS não será encarregada dos procedimentos de auditoria.

30. Joana é servidora do Tribunal de Contas da União e foi orientada a elaborar um trabalho sobre os princípios de *accountability* e transparência, constantes nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores. O objetivo do trabalho era propor medidas internas ou legislativas para a plena adoção das recomendações da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – Intosai.

Após terminar os seus estudos, Joana concluiu corretamente que:

- a) para não comprometer os princípios de *accountability* e transparência, as EFS não devem adotar contratos de atividades terceirizadas.
- b) as demonstrações financeiras das EFS são divulgadas e estão sujeitas à auditoria externa independente ou análise parlamentar.
- c) considerando que a auditoria tem um valor democrático, transcendendo o mero controle dos recursos públicos, as EFS devem evitar utilizar indicadores de resultados para avaliar o valor do trabalho de auditoria para o Legislativo, para os cidadãos e para outras partes interessadas.
- d) as EFS tornam públicas as suas conclusões e recomendações resultantes das auditorias, não se admitindo que tais informações sejam consideradas confidenciais por leis e regulamentos especiais.
- e) em virtude de sua autonomia em relação ao Legislativo, as EFS devem evitar um forte relacionamento com as comissões parlamentares relevantes.

31. Mara é deputada federal e recebeu, em seu gabinete, um “dossiê” sobre supostas irregularidades em contrato administrativo firmado pela autarquia federal Alfa. Inconformada com os fatos, Mara resolveu solicitar ao TCU a realização de auditoria. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) o Tribunal será obrigado a realizar a auditoria, uma vez que, como parlamentar, Mara goza da prerrogativa de solicitar a realização de fiscalizações.
- b) Mara não goza de legitimidade para solicitar a realização de auditorias e inspeções, mas isso não impede que ela formule denúncia perante o Tribunal.
- c) o pedido de Mara deveria ser encaminhado, inicialmente, para o Plenário da Câmara dos Deputados, uma vez que somente os plenários da Câmara e do Senado possuem a prerrogativa de solicitar ao TCU a realização de fiscalizações.
- d) o TCU somente realiza auditorias e inspeções de ofício, uma vez que não se subordina ao Congresso Nacional.
- e) ainda que o pedido seja assinado pelo presidente de comissão técnica ou de inquérito, o Tribunal deverá decidir discricionariamente se o pleito será atendido, conforme a disponibilidade em seu plano de fiscalizações.

32. A Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores, prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, recebeu denúncia sobre a realização de despesas supostamente não autorizadas na lei orçamentária anual. Após solicitar pronunciamento da autoridade responsável, a Comissão não ficou satisfeita, situação em que pediu pronunciamento do TCU sobre a matéria.

Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) Por se tratar de controle político, não compete ao TCU pronunciar-se sobre o tema.
- b) Cabe ao TCU solicitar pronunciamento da Comissão Mista Permanente, caso em que o Tribunal poderá propor diretamente que o Congresso Nacional promova a sustação da despesa, uma vez que se trata de contrato administrativo.
- c) Caso o TCU entenda que a despesa é irregular, a Comissão Mista Permanente poderá realizar a sua sustação, desde que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.
- d) O TCU deverá emitir pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.
- e) Entendendo irregular a despesa, o TCU determinará a sua sustação, comunicando o fato à Comissão Mista Permanente.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Emerson Bruno**

33. A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito. Sobre o tema “Princípios Fundamentais”, Bertoldo, estudante de Direito, foi questionado por seu amigo Vasconcelos sobre quais são os fundamentos previstos na CF88 para o nosso país. A resposta correta de Roberto é:

- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) a soberania e os valores sociais do trabalho.
- c) a independência nacional e o pluralismo político.
- d) a igualdade entre os Estados e garantir o desenvolvimento nacional.
- e) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

34. Ludmila, por falta de norma regulamentadora, precisa que se torne viável direitos fundamentais consagrados em uma norma constitucional de eficácia limitada. Para garantia desse direito, e conforme a Constituição Federal, Ludmila poderá impetrar

- a) mandado de injunção.
- b) mandado de segurança.
- c) habeas data.
- d) ação civil pública.
- e) ação popular.

35. Astanagildo deseja ser servidor do Poder Legislativo. Ciente da importância das competências das casas do Congresso Nacional para o seu concurso, estuda que, conforme disposto no art. 51 da Constituição Federal, compete privativamente à Câmara dos Deputados

- a) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

b) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

c) dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.

d) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

e) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

36. São, entre outras, espécies normativas previstas na Constituição Federal:

- a) lei delegada, resolução, decreto-lei e lei ordinária.
- b) lei complementar, lei ordinária, portaria interministerial e medida provisória.
- c) lei ordinária, deliberação-legislativa, lei complementar e decreto-legislativo.
- d) medida provisória, lei ordinária, resolução e decreto-legislativo.
- e) decreto-legislativo, lei delegada, decreto-lei e lei ordinária.

37. A respeito das propostas de emendas à CF88, uma emenda à Constituição será promulgada:

- a) pela Mesa do Senado Federal.
- b) pela Mesa da Câmara dos Deputados Federais.
- c) pela Mesa do Congresso Nacional.
- d) pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- e) pelo Gabinete da Casa Civil da Presidência da República.

38. Bozena, radicalizada por uma rede de influenciadores nas mídias sociais, se junta a uma horda de fanáticos, que armados de paus e pedras praticam crimes contra os Poderes Constitucionais e contra o Estado Democrático de Direito. Segundo o art. 5º da Constituição Federal, o crime em questão:

- a) é apenas inafiançável.
- b) é inafiançável e imprescritível.
- c) é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- d) é apenas imprescritível.
- e) é inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

39. José e Maria, servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado Beta, ao discutirem sobre aspectos gerais da “nova lei de licitações e contratos”, Lei 14.133/2021, afirmaram que:

- I. Superfaturamento consiste no descompasso entre o preço contratado e os preços referenciais de mercado.
- II. No caso de obras e serviços de engenharia, presumem-se inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração.
- III. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, deverá ser exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, sem prejuízo das demais garantias legalmente exigíveis.

Está correto apenas o que os servidores afirmaram no(s) item(ns):

- a) I.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) II e III.
- e) III.

40. A empresa Alfa Fa Ltda. e a empresa Beta Peixe Ltda., em certame licitatório regido pela Lei 14.133/2021, promovido pela entidade Gama, apresentaram propostas que ficaram empatadas.

Após a aplicação da disputa final, será utilizada(o) como critério de desempate a(o):

- a) desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.
- b) desenvolvimento de programa de integridade.
- c) o fato de os bens e serviços terem sido produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
- d) o fato de os bens e serviços terem sido produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- e) a avaliação do desempenho contratual prévio das empresas licitantes.

41. Nos termos da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação aos Agentes Públicos, assinale a alternativa correta:

- a) O Judiciário está autorizado, por força do princípio da isonomia, a majorar remunerações dos servidores públicos.
- b) Servidores inativos fazem jus à percepção do auxílio-alimentação legalmente concedido aos servidores em exercício do cargo.
- c) A garantia do salário mínimo refere-se a parcela específica da remuneração do servidor público denominada vencimento básico.
- d) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores municipais a índices federais de correção monetária.
- e) A suspensão dos direitos políticos não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, desde que não incompatível com a infração penal praticada, sendo que o início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do juízo de execuções, que analisará a compatibilidade de horários.

42. A respeito da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito privado a pessoa de direito público será informado à autoridade nacional e dependerá de consentimento do titular, como regra geral.
- b) As empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência terão o mesmo tratamento dispensado às demais pessoas jurídicas de direito privado, no que se refere ao tratamento de dados pessoais.
- c) O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais.
- d) A autoridade nacional poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos e às entidades do poder público a realização de operações de tratamento de dados pessoais, informações específicas sobre o âmbito e a natureza dos dados e outros detalhes do tratamento realizado.
- e) A autoridade nacional poderá estabelecer normas complementares para as atividades de comunicação e de uso compartilhado de dados pessoais.

43. José, agente público no Estado Alfa, foi processado por ato de improbidade consistente em enriquecimento ilícito, supostamente praticado em junho de 2021, induzido pela atuação dolosa da empresa Beta. Ao se consultar com um Procurador do Estado a respeito das características da responsabilização por improbidade administrativa, o Procurador respondeu-o corretamente que:

- a) se houver o falecimento de José, seus herdeiros estão sujeitos à reparação do dano causado até o limite da vantagem ilícita recebida.

- b) Para a caracterização dos atos de improbidade, a legislação exige exclusivamente a existência da voluntariedade do agente.
- c) Os sócios, diretores e colaboradores de empresa Beta sempre responderão pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.
- d) O exercício ilegal da função pública caracteriza a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, ainda que não este comprovado ato doloso com fim ilícito.
- e) Caso seja do interesse de José a celebração de acordo de não persecução civil, ele teria que reverter ao Estado Alfa a vantagem indevida obtida, embora seja possível aguardar a decisão judicial, visto não haver óbices legais à celebração do acordo durante a execução de eventual sentença condenatória.

44. Considerando o que prevê a “Lei Anticorrupção”, Lei 12.846/2013, marque a alternativa correta:

- a) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas pressupõe a demonstração de culpa, embora a responsabilidade administrativa seja de natureza objetiva.
- b) Não se considera ato lesivo à administração pública o afastamento de licitante, por meio do oferecimento de vantagem de qualquer tipo.
- c) A pessoa jurídica poderá ser responsabilizada ainda que seus dirigentes não sejam sancionados.
- d) O impedimento de celebrar novo acordo de leniência decorrente do descumprimento, por parte da pessoa jurídica, de acordo anterior será de no mínimo 5 anos.
- e) A Lei 12.846/2013 aplica-se aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a administração pública estrangeira, desde que não cometidos no exterior.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA*Luciana Marinho*

45. A emenda parlamentar é o instrumento que permite aos deputados e senadores realizarem alterações no orçamento anual. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) poderão alocar recursos a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, consórcio público, organização da sociedade civil ou serviço social autônomo. Nesse contexto, de acordo com a Constituição Federal de 1988, as emendas parlamentares individuais, quando apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual, serão aprovadas no seguinte percentual da RCL:

- a) 1,5% da RCL arrecadada no exercício anterior, sendo 50% destinados a ações e serviços públicos de saúde;
- b) 1,2% da RCL prevista no PLOA, sendo 0,45% destinado a ações e serviços públicos de saúde;
- c) 1,2% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 0,6 % destinados a ações e serviços públicos de saúde;
- d) 2,5% da RCL prevista no PLOA, sendo 50% destinado a ações e serviços públicos de saúde;
- e) 2,0% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinados a ações e serviços públicos de saúde.

46. Segundo a LRF, o contingenciamento de despesas ou limitação de empenho é um mecanismo que tem por fundamento auxiliar no cumprimento das metas fiscais ao longo do exercício financeiro. Nesse contexto, pode-se afirmar:

- a) Serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais.
- b) Os critérios para limitação de empenho e movimentação financeira são fixados na Lei Orçamentária Anual.

c) A aferição da compatibilidade da arrecadação de receitas com as metas de resultado primário e nominal é bimestral.

d) A verificação é quadrimestral.

e) Trata-se de prerrogativa exclusiva do Poder Executivo.

47. A LDO estabelece diretrizes para a confecção da Lei Orçamentária Anual (LOA), contendo metas e prioridades do governo federal, despesas de capital para o exercício financeiro seguinte, alterações na legislação tributária e política de aplicação nas agências financeiras de fomento. Também fixa limites para os orçamentos do Legislativo, Judiciário e Ministério Público e dispõe sobre gastos com pessoal e política fiscal, entre outros temas.

A LRF ampliou o conteúdo a ser tratado diretamente pela LDO ou por seu anexo de metas fiscais. Segue abaixo tais atribuições, exceto:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas.
- b) critérios e forma de limitação de empenho.
- c) estimativa e compensação da renúncia de receita.
- d) evolução do patrimônio líquido.
- e) normas relativas ao controle fiscal.

48. Em relação à programação financeira e ao cronograma de desembolso a serem estabelecidos e disponibilizados, a LRF diz que será:

- a) trinta dias após a publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) até trinta dias após a publicação dos orçamentos.
- c) sessenta dias após o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- d) trinta dias após a publicação do Anexo de Metas Fiscais.
- e) quadrimestralmente, junto ao Relatório de Gestão Fiscal.

49. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) tem o objetivo de permitir o acompanhamento e a análise do desempenho da execução orçamentária dos governos. Nesse contexto, o RREO será publicado:

- a) até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.
- b) até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre.
- c) até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre.
- d) até sessenta dias após o encerramento de cada quadrimestre.
- e) até quinze dias após o encerramento de cada bimestre.

50. O endividamento público é tratado pela Lei de Responsabilidade Fiscal que, entre outros assuntos, apresenta os conceitos de dívida pública. Uma delas é a dívida pública mobiliária, que pode ser definida como:

- a) dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- b) compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens.
- c) compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- d) recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- e) montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

51. Antes de se apresentar e sua forma mais moderna, o orçamento público sofreu modificações ao longo do tempo. E essa evolução se apresenta revestidas em forma de espécies orçamentárias. Sendo assim, os tipos de orçamentos público tem como característica:

- a) o orçamento por desempenho é o tipo de orçamento adotado pela legislação financeira brasileira e representa a manutenção, ano após ano, da mesma estrutura do orçamento anterior, com ajustes marginais nas receitas previstas e despesas autorizadas.
- b) adotado no Brasil, o orçamento-programa busca dar ênfase aos objetivos finais a serem perseguidos pela ação do Estado, vinculando o planejamento estatal com a autorização das despesas no orçamento.
- c) o orçamento base zero consiste na técnica de codificação dos subelementos de despesas orçamentárias por meio da utilização de sequências numéricas iniciadas com o dígito zero, seguidas da classificação funcional da despesa.
- d) o orçamento clássico, adotado no Brasil, baseia-se na ausência de correlação entre as despesas autorizadas em anos seguidos, revendo-se, na integralidade, a cada ano, o mérito de cada ação orçamentária e a disponibilidade de recursos para seu financiamento.
- e) o orçamento-programa visa a promover incentivos às unidades orçamentárias, por meio da ampliação dos recursos destinados a ações com bom desempenho em anos anteriores, colocando ênfase no objeto do gasto público.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL*Tonyvan Carvalho*

52. Após finalizar a sua prestação de contas anual, um ente público a enviou no prazo previsto para o tribunal de contas. Após alguns meses, o ente recebeu um relatório de análise preliminar em que foram apontadas algumas inconsistências nas demonstrações contábeis, que afetaram a sua análise e o processo de responsabilização. Em decorrência dessa situação, o gestor determinou que nos exercícios seguintes fosse realizada uma auditoria prévia ao envio ao tribunal de contas, para que a prestação de contas fosse corretamente operacionalizada.

Para atender a determinação do gestor, deve ser planejada uma auditoria:

- a) especial;
- b) financeira;
- c) operacional;
- d) orçamentária;
- e) patrimonial.

53. Após o recebimento de uma série de recomendações e notificações do tribunal de contas sobre a aplicação de recursos de transferências vinculados à área de educação, uma entidade do setor público decidiu realizar uma auditoria com o objetivo de avaliar se ações realizadas na área ao longo do último exercício financeiro observaram os regulamentos aplicáveis aos recursos transferidos para esta área.

À luz desse objetivo e dos Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, o auditor deverá planejar o trabalho com base nas normas para realização de auditoria:

- a) de gestão;
- b) financeira;
- c) operacional;
- d) de desempenho;
- e) de conformidade.

54. O Modelo de Três Linhas foi desenvolvido pelo The Institute of Internal Auditors com o objetivo de ser uma referência para as organizações na identificação de estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Por ser aplicável a todas as organizações, entidades como a Controladoria-Geral da União têm incentivado a sua adoção.

No Modelo de Três Linhas, a auditoria interna:

- a) assume papéis de segunda linha, que incluem apoio e monitoramento de questões relacionadas a riscos;
- b) não tem papel especificado, uma vez que avalia o processo de governança e gerenciamento de riscos;
- c) presta avaliação independente sobre questões relativas ao atingimento dos objetivos;
- d) situa-se na primeira linha e estabelece diretrizes institucionais para o gerenciamento de riscos;
- e) tem a responsabilidade de avaliar a efetividade da adoção do modelo..

55. Um auditor foi designado para realizar um procedimento de auditoria relativo à aquisição de bens de consumo já distribuídos à população. Os procedimentos incluem verificar se a quantidade adquirida e entregue, conforme documentos fiscais e registros de entrada de estoques, foi demasiadamente grande para ser estocada nos locais indicados nos documentos fiscais, com visita ao local de estocagem dos materiais.

São técnicas indicadas para atender o procedimento:

- a) entrevista e inspeção física;
- b) exame documental e entrevista;
- c) indagação escrita e exame documental;
- d) inspeção física e revisão analítica;
- e) observação direta e inspeção física.

56. O auditor, no exercício funcional, deve se dedicar à obtenção de evidências suficientes para sustentar a emissão de seu parecer. Em um trabalho de auditoria de demonstrações contábeis, o auditor indica, no seu parecer, que uma opinião sobre o conjunto das demonstrações auditadas não pode ser expressada. Nesse caso, ele deve

- a) endereçar o princípio da independência.
- b) indicar as razões no parecer.
- c) propor alteração de escopo.
- d) reduzir o nível de asseguração.
- e) replanejar o trabalho com mais testes.

57. Após uma avaliação abrangente da sua estrutura organizacional e dos seus macroprocessos, uma entidade pública promoveu um processo de centralização da gestão de contratos de produtos e prestação de serviços para um nível superior da estrutura, de forma que de 43 unidades executoras restaram 16. Decorrido um ano do processo, o gestor da entidade solicitou ao auditor interno um trabalho que inclui levantamento e análise dos resultados da centralização, a partir de critérios acordados entre as partes.

À luz das Normas Internacionais para o exercício profissional da auditoria interna, o trabalho deve ser conduzido a partir das especificações para um serviço de:

- a) asseguração;
- b) avaliação (assurance);
- c) certificação;
- d) consultoria;
- e) monitoramento.

58. Após finalizar os procedimentos planejados, revisar e analisar os papéis de trabalho e a matriz de achados de auditoria de um trabalho de auditoria financeira para o qual fora contratado, um auditor concluiu que as demonstrações contábeis apresentavam distorções relevantes. Além disso, no julgamento do auditor, os efeitos dessas distorções sobre as demonstrações contábeis eram relevantes e generalizados.

De acordo com as normas de auditoria, diante dessa situação, o auditor:

- a) deve emitir uma opinião adversa;
- b) pode se abster de emitir opinião;
- c) deve emitir uma opinião com ressalva;
- d) pode emitir uma opinião não modificada;
- e) deve enfatizar sua conclusão nos principais assuntos de auditoria.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO*Gilmar Possati*

59. O controle do recurso envolve a capacidade da entidade em utilizar o recurso, de forma que haja a geração do potencial de serviços ou dos benefícios econômicos. Para avaliar se a entidade controla o recurso no presente, deve ser observada a existência dos seguintes indicadores de controle:

- I. Propriedade legal;
- II. A existência capacidade para gerar os benefícios econômicos advindos do recurso;
- III. Acesso ao recurso ou a capacidade de negar o acesso a esses;

À luz do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), compreende indicadores de recursos

- a) somente os itens I e III, sendo que a propriedade legal, além de ser indicador de recurso, configura uma característica essencial do ativo.
- b) somente o item II, sendo os demais inconclusivos acerca da existência do controle do recurso.
- c) todos os itens, sendo que a propriedade legal configura uma característica essencial do ativo.
- d) todos os itens, sendo que a propriedade legal não configura uma característica essencial do ativo.
- e) nenhum dos itens, pois são inconclusivos acerca da existência do controle do recurso, além de não identificar e subsidiar essa decisão.

60. A receita orçamentária compreende as disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Além disso, em obediência ao enfoque orçamentário, a receita possui as etapas de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. Sabendo disso, a entrega de recursos pelos contribuintes, através dos agentes arrecadadores, devidos ao Tesouro Nacional compreende a etapa da (o)

- a) previsão.

b) arrecadação.

c) lançamento.

d) transferência.

e) recolhimento.

61. Dentre as estruturas que fazem parte do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), está a integridade, como forma de segurança de que os lançamentos contábeis possam demonstrar consistência e transparência. Nesse sentido, no âmbito do PCASP:

- a) permite-se lançamentos entre uma conta de natureza patrimonial e uma conta de natureza orçamentária, como é o caso de clientes (classe 1) e receita realizada (classe 6).
- b) permite-se registros entre contas de natureza patrimonial e de controle, como é caso de Receita de Dívida Ativa (classe 4) e Execução da Dívida Ativa (classe 8).
- c) apresenta-se os totais lançados a débito e a crédito em contas de mesma natureza de informação, os quais, em determinados casos, podem apresentar valores divergentes.
- d) há registro pelo método das partidas dobradas e os lançamentos devem debituar e creditar contas das três naturezas da informação.
- e) é necessário restringir os lançamentos possíveis de modo que fatos iguais ou semelhantes sejam registrados por meio dos mesmos lançamentos e contas contábeis.

62. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), as etapas da despesa orçamentária consistem em empenho, liquidação e pagamento. A Universidade Estadual de Audazes do Sul realizou vários empenhos de despesas para serem executadas ao longo do primeiro semestre e dentre essas está o empenho do tipo global, que consiste em despesas

- a) cujo montante não seja previsível, sendo o pagamento determinado através de parcelamento.
- b) de valores determinados, sendo permitido o parcelamento ou o pagamento em única vez.
- c) de caráter contratual, tendo seu montante determinado e sujeitas a parcelamento.
- d) cujo o montante seja determinado, sendo o pagamento realizado em uma única parcela.
- e) de valores fixos e pré-determinados, sendo o pagamento realizado de uma única vez.

63. Em consonância ao que dispõe a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a determinação se o pressuposto da continuidade é apropriado é mais relevante para entidades individuais do que para o governo como um todo. Para entidades individuais, na avaliação se a adoção do pressuposto da continuidade é apropriada, os responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis precisam considerar uma ampla quantidade de fatores relacionados a determinados eventos/situações. As opções a seguir indicam esses eventos/situações, **à exceção de uma**. Assinale-a:

- a) reestruturações potenciais já anunciadas de unidades organizacionais.
- b) relevância para o governo em detrimento às entidades governamentais.
- c) outras fontes potenciais de refinanciamento.
- d) probabilidade de financiamento contínuo do governo.
- e) desempenho atual e esperado.

64. O município de Audazes dos Pampas apresentou, ao final do exercício de 20X5, as seguintes informações.

- Recebimento antecipado pela prestação de serviços: R\$ 65.000
- Operações de crédito autorizadas no referido orçamento para o refinanciamento da dívida mobiliária e efetivamente executada: R\$ 258.000
- Variação monetária da dívida: R\$ 92.000
- Compromisso assumido de obrigação financeira: R\$ 40.000
- Montante do refinanciamento do principal da dívida mobiliária: R\$ 620.000

Considerando apenas essas informações, o refinanciamento da dívida, ao final de 31/12/20X5, do município, não poderá exceder ao montante de

- a) R\$ 362.000.
- b) R\$ 528.000.
- c) R\$ 786.000.
- d) R\$ 970.000.
- e) R\$ 454.000.

65. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) visa o registro dos atos e fatos praticados pelas entidades governamentais, de forma padronizada e sistematizada. Ao ser questionado sobre a natureza de informação de controle, um auditor de controle externo respondeu corretamente que:

- a) a finalidade dessa natureza está nos atos de gestão cujos efeitos possam causar modificações no patrimônio público da entidade governamental.
- b) o objetivo principal dessa natureza está na evidenciação dos atos e fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
- c) o foco é os fatos financeiros e não financeiros relacionados a composição do patrimônio público das entidades governamentais.

d) possui como finalidade o atendimento aos princípios contábeis voltados para reconhecimento e mensuração de ativos e passivos dependentes da execução orçamentária.

e) dentre as suas finalidades está o registro e evidenciação do orçamento público, tanto quanto à sua aprovação quanto à sua execução.

CONTABILIDADE GERAL E SOCIETÁRIA

Silvio Sande

66. Em 01/01/2022 a empresa S2 S.A. comprou um terreno pelo valor de R\$ 1.000.000 para pagamento no longo prazo, mas, se a compra fosse feita com pagamento à vista, o valor seria R\$ 900.000. A empresa incorreu, adicionalmente, em custos para formalização da compra no valor de R\$ 20.000. O imóvel será destinado para obtenção de renda por meio do aluguel. No final do ano de 2022, o valor justo desse terreno era de R\$ 1.040.000.

Com base nas informações apresentadas, o tratamento contábil para o terreno adquirido deve ser classificado como

a) Propriedade Para Investimento (PPI) e reconhecida inicialmente pelo valor de R\$ 1.020.000. Na mensuração subsequente, a empresa pode optar por mensurar a propriedade ao valor justo (R\$ 1.040.000) ou manter ao custo de aquisição (R\$ 1.020.000).

b) imobilizado e reconhecido inicialmente pelo valor de R\$ 920.000. Na mensuração subsequente, a empresa deve manter a propriedade ao custo de aquisição (R\$ 920.000).

c) Propriedade Para Investimento (PPI) e reconhecida inicialmente pelo valor de R\$ 920.000. Na mensuração subsequente, a empresa deve manter a propriedade ao valor justo (R\$ 1.040.000).

d) Propriedade Para Investimento (PPI) e reconhecida inicialmente pelo valor de R\$ 920.000. Na mensuração subsequente, a empresa pode optar por mensurar a propriedade ao valor justo

(R\$ 1.040.000) ou manter ao custo de aquisição (R\$ 920.000).

e) imobilizado e reconhecido inicialmente pelo valor de R\$ 1.020.000. Na mensuração subsequente, a empresa deve manter a propriedade ao custo de aquisição (R\$ 1.020.000).

67. A empresa SS possuía uma máquina que estava reconhecida no Balanço Patrimonial em 30/04/2022 com os seguintes valores:

- Máquina: R\$ 220.000,00; e,
- Depreciação acumulada: R\$ 30.000,00.

Tendo em vista que a empresa vai desativar essa linha de negócios, ela resolveu colocar a máquina à venda, classificando como ativo não circulante mantido para venda de acordo com a NBC TG 31. A Máquina está disponível para venda nas condições em que se encontra, sendo que a venda é tida como altamente provável e espera-se que ocorra em até seis meses. Sabe-se que a estimativa de valor de venda desta máquina é de R\$ 180.000,00. As despesas estimadas para se vender a máquina são de R\$ 4.000,00. Considerando exclusivamente tais informações e a NBC TG 31 (R3) – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, informe a conta e o valor que tal ativo deve ser reconhecido em 30/04/2022.

- a) Ativo não circulante mantido para venda (AC) R\$ 176.000,00
- b) Ativo não circulante mantido para a venda (AñC) R\$ 186.000,00
- c) Máquina mantida para venda (AC) R\$ 180.000,00
- d) Máquina mantida para venda (AñC) R\$ 190.000,00
- e) Imobilizado (AñC) 190.000,00

68. Uma empresa celebrou um contrato com um cliente para construir um navio por R\$ 1.000.000. ao término da construção, haverá uma inspeção realizada por empresa especializada e independente e se os parâmetros de qualidade estabelecidos no contrato forem atingidos ou superados, a empresa que construiu o navio terá direito a bônus adicional de 30% sobre o preço definido no contrato. Levando em consideração seus controles de qualidade no processo produtivo, essa entidade estima que a probabilidade de atingir ou superar a meta é de 70%.

Assim, o valor da contraprestação fixa mais a variável é de:

- a) R\$ 910.000;
- b) R\$ 950.000;
- c) R\$ 1.000.000;
- d) R\$ 1.210.000;
- e) R\$ 1.300.000.

69. A Companhia S2 S.A. está fechando seu exercício social de 2021, e recebeu algumas informações do departamento fiscal:

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social: R\$ 600.000,00

Adições Temporárias: R\$ 60.000,00

Adições Definitivas: R\$ 40.000,00

Exclusões Temporárias: R\$ 20.000,00

Exclusões Definitivas: R\$ 100.000,00

Sabe-se que a alíquota do IRPJ/CSLL é de 34%. Sabe-se também que a entidade tem o direito legal de compensar os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Correntes, e os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Diferidos, conforme orientações do Pronunciamento Técnico CPC 32.

Sendo assim, qual é o total, em reais, a ser registrado como IR corrente e IR diferido, respectivamente, na Demonstração do Resultado apresentada pela Companhia?

- a) 183.600,00 e 20.400,00
- b) 183.600,00 e 6.800,00
- c) 197.200,00 e 6.800,00
- d) 197.200,00 e 13.600,00
- e) 217.600,00 e 13.600,00

70. Considere o balanço abaixo:

Ativo Circulante	R\$	Passivo Circulante	R\$
Bancos	500	Fornecedores	800
Duplicatas a Receber	1.000	Salários a pagar	700
Estoque	1.200	Empréstimos	500
Despesas Antecipadas	600		
Ativo Não Circulante		Passivo não Circulante	
Realizável a Longo Prazo	1.500	Financiamentos - longo Prazo	1.000
Investimentos	2.000	Patrimônio Líquido	
Imobilizado	2.200	Capital Social	6.000
Intangível	1.000	Reservas de lucro	1.000
Total Ativo	10.000	Total Passivo e PL	10.000

O Índice de Liquidez Seca é igual a.:

- a) 1,75
- b) 1,50
- c) 1,35
- d) 1,05
- e) 0,75

ENGENHARIA - PROJETO, PLANEJAMENTO E CONTROLE DE OBRAS, EDIFICAÇÕES, MATERIAIS E TECNOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES (ESPECIFICAÇÕES E CONTROLE), INFRAESTRUTURA VIÁRIA
Guilherme Venturim

71. A equipe de engenharia de uma grande construtora localizada no município de Itabuna/BA utiliza o método PERT/CPM (Diagrama de Redes) como uma importante ferramenta de planejamento e controle em seus projetos a fim de obter uma melhor visualização do relacionamento entre as atividades, diminuindo imprevistos e subsidiando a elaboração do cronograma físico-financeiro da obra. A figura a seguir, com duração expressa em semanas, ilustra o diagrama original para um de seus empreendimentos:

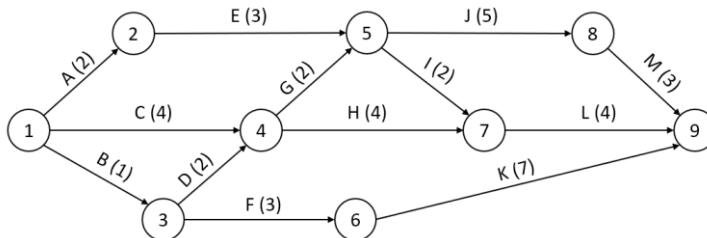


Figura 1 Diagrama PERT-CPM original do projeto.

Após uma revisão no projeto executivo, o engenheiro de planejamento identificou um atraso de 2 semanas na atividade A e de 3 semanas nas atividades K e M. Diante disso, pode-se concluir que o empreendimento sofrerá um atraso total de

- 8 semanas
- 3 semanas
- 2 semanas
- 4 semanas
- 5 semanas

72. O diretor da Escola Estadual Sátiro Dias - Salvador/BA pretende substituir o antigo piso da sala dos professores, com 3 metros de largura e 5 metros de comprimento. A composição para o piso escolhido e os parâmetros utilizados pela empreiteira encontram-se indicados abaixo:

REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 80X80 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M ² . AF_02/2023 PE			M2		
ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS (LST)		UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO		
HORISTA	120%	DESCRIPÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO
MENSALISTA	80%	PISO EM CERÂMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4	CM2	1,05	R\$ 100,00
BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS		ARGAMASSA COLANTE ACI PARA CERÂMICAS	KG	9,00	R\$ 1,00
BDI	25%	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	0,10	R\$ 10,00
		AZULEJISTA OU LADRILHISTA	H	0,30	R\$ 40,00
		SERVENTE	H	0,20	R\$ 15,00

Figura 2 Composição de custos unitários e parâmetros adotados pela empreiteira.

Sabendo-se que a empresa adota o regime de desoneração da folha de pagamento como forma de substituição da contribuição previdenciária da mão de obra e considerando a contratação de trabalhadores horistas, assinale qual deverá ser o preço cobrado pela execução dos serviços.

- R\$2.775,00
- R\$5.362,50
- R\$1.950,00
- R\$2.437,50
- R\$185,00

73. De acordo com a NBR 14931/2023 que trata dos requisitos para execução de estruturas de concreto armado, protendido e com fibras, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Salve disposições em contrário, a concretagem deverá ser suspensa sempre que estiver prevista queda na temperatura ambiente abaixo de 0°C nas 48h seguintes ao momento da concretagem.
- b) A temperatura do concreto, por ocasião de seu lançamento, deve ser de no mínimo 5°C e de no máximo 32°C, de modo a minimizar ocorrências indesejáveis, como fissuração, variação de resistência mecânica, alteração de tempo de pega etc.
- c) Quando a concretagem for efetuada em situações nas quais a taxa de evaporação da água de amassamento for maior ou igual a 1 kg/m²/h, devem ser adotadas medidas necessárias para evitar a perda de consistência e reduzir a temperatura da massa de concreto.
- d) A intensidade das chuvas pode ser aferida por meio da relação entre o volume e seu tempo de duração, geralmente expressa em milímetros por hora. Salve disposições contrárias, a recomendação é que a concretagem seja suspensa em períodos cuja intensidade da chuva esteja acima de 10 mm/h com vistas a evitar não conformidades e manifestações patológicas no concreto endurecido.
- e) Salvo disposições em contrário, a concretagem deve ser suspensa se a temperatura ambiente for superior a 45°C ou a velocidade do vento estiver acima de 60 km/h.

74. O Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO é uma ferramenta desenvolvida e constantemente aperfeiçoada pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). Seu objetivo é auxiliar projetistas, construtores, fornecedores, empresários e órgãos governamentais na elaboração de orçamentos de obras relacionadas com os modais rodoviário, aquaviário e ferroviário. Na análise dos custos de um determinado equipamento, foram levantados os seguintes dados:

- Valor médio de aquisição: R\$ 500.000,00
- Valor residual: R\$100.000,00
- Horas trabalhadas por ano: 800
- Vida útil: 5 anos

Sabendo-se ainda que, para esse equipamento, foram calculadas as parcelas de custo horário de oportunidade de capital (R\$ 10,00), de manutenção (R\$ 50,00), de seguros e impostos (R\$10,00), de operação (R\$ 60,00) e de mão de obra de operação (R\$ 30,00), pode-se concluir que seu custo horário improductivo será de:

- a) R\$ 100,00
- b) R\$ 160,00
- c) R\$ 150,00
- d) R\$ 170,00
- e) R\$ 260,00

ENGENHARIA – MEIO AMBIENTE*André Rocha*

75. Em relação às temáticas de licenciamento ambiental e avaliação de impactos ambientais, assinale a alternativa incorrecta.

- a) De acordo com a definição da Resolução Conama nº 1/86, o conceito de impacto ambiental está estritamente relacionado ao de atividades humanas, não contemplando, a princípio, atividades que sejam resultado de fenômenos meramente naturais.
- b) Impacto Ambiental Regional é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados.
- c) O licenciamento ambiental é um procedimento administrativo ao qual determinadas atividades ou empreendimentos são submetidos para que se ateste sua viabilidade ambiental, sendo que há atividades e empreendimentos que ficam dispensados do licenciamento ambiental.
- d) Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, ao qual deve se dar a devida publicidade.
- e) Segundo a Resolução Conama nº 001/1986, as estradas de rodagem com uma ou mais faixas de rolamento exigem a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA).

76. Com base na Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, assinale a alternativa correta.

- a) O conceito de saneamento básico compreende um conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e gestão dos recursos hídricos.
- b) Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.
- c) No caso de interesse local, exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico os Municípios, os Estados e o Distrito Federal.
- d) É obrigatória a adesão dos titulares dos serviços públicos de saneamento de interesse local às estruturas das formas de prestação regionalizada.
- e) Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por lei específica e haverá entidade única encarregada das funções de regulação e de fiscalização.

SEGURANÇA DO TRABALHO*Mara Camisassa*

77. No dimensionamento do número de lavatórios, vasos sanitários, mictórios e chuveiros de um canteiro de obras composto por 132 trabalhadores, deve-se considerar, segundo a NR 18, a instalação de, no mínimo:

- a) 7 lavatórios, vasos sanitários e mictórios; e 14 chuveiros;
- b) 7 lavatórios, vasos sanitários, mictórios e chuveiros;
- c) 14 lavatórios, vasos sanitários, mictórios e chuveiros;
- d) 14 lavatórios, vasos sanitários e mictórios; e 7 chuveiros;
- e) 13 lavatórios, vasos sanitários e mictórios; e 7 chuveiros.

78. Em consonância com a Norma Reguladora NR 18, anteriormente denominada “Condições e Meio Ambiente na indústria da construção civil” e, atualmente, “Condições de Segurança e Saúde no trabalho na indústria da construção”, assinale a opção que indica um critério exigido para compor as áreas de vivência.

- a) Local para refeição obrigatório, sendo vetada a existência de cozinha para impedir o preparo de refeições em qualquer caso, pois o uso de gás seria um risco a mais para a combustão do local.
- b) Área de lazer para recreação dos trabalhadores alojados, de utilização exclusiva, não podendo ser utilizado qualquer outro espaço para este fim.
- c) Instalação sanitária situada em local isolado dos postos de trabalho, por distância mínima de 200m, mas que seja próxima aos alojamentos.
- d) Alojamento para trabalhadores, quando o caso exigir, situado no canteiro de obras ou fora dele, desde que contemple as instalações necessárias.
- e) “Banheiro químico” destinado aos trabalhadores que se encontram na frente de trabalho, dotados

obrigatoriamente de bacia sanitária sifonada, lavatório, mictório e chuveiro.

CÓDIGO PENAL*Priscila Silveira*

79. Acerca do crime de perigo para a vida ou saúde de outrem, assinale a opção INCORRETA:

- a) Admite apenas a forma dolosa.
- b) Não há elemento subjetivo do tipo específico.
- c) É delito subsidiário, isto é, somente se usa o respectivo tipo penal se não houver outro mais grave.
- d) No crime de perigo para a vida ou saúde de outrem, pode configurar causa de aumento de pena o transporte de trabalhadores em desacordo com as normas legais.
- e) A pena para o crime é de detenção, de três meses a dois anos

80. Com relação ao crime de homicídio culposo,

- a) Caso o crime ocorra por inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, a pena aumenta de 1/2.
- b) O juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- c) Se o agente deixar de prestar imediato socorro à vítima, a pena aumenta de 2/3.
- d) A pena será aumentada em caso de vítima maior de 60 anos.
- e) A pena é detenção, de um a três anos e multa.

Discursiva 1

Determinada Lei estadual, cuja iniciativa foi do Poder Legislativo, impôs aos órgãos integrantes da administração pública direta e indireta do estado a obrigação de divulgar na imprensa oficial e na Internet os dados básicos relativos a contratos de obras públicas nas rodovias estaduais e criou o Conselho de Comunicação Social do estado, destinado a orientar seus órgãos de comunicação. A lei previu a participação de representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos do poder público na composição desse conselho.

Considerando a situação hipotética apresentada e as regras relacionadas ao processo legislativo e à distribuição de competência entre os entes da Federação, disserte sobre a constitucionalidade da lei editada, abordando, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal federal (STF), os seguintes aspectos:

- a) A repartição da competência legislativa entre a União e os estados membros, conforme a CF e a doutrina;
- b) A competência da União para editar normas gerais sobre licitação e contratação;
- c) O vício de iniciativa no processo legislativo.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[**Correção de Redação**](#)

Folha de Resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

Um órgão público, mediante prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para a realização de determinada obra. Durante a execução do contrato, foram constatados problemas como o não cumprimento de cláusulas contratuais e de prazos.

Em decorrência desses fatos, o órgão extinguiu unilateralmente o contrato, retendo a garantia e aplicando cumulativamente as penalidades de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de licitar e contratar com a administração, sendo assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo.

Inconformada, a empresa contratada interpôs recurso administrativo invocando:

- a) ilegitimidade do ato de extinção unilateral;
- b) seu direito à devolução da garantia, caso admitida a rescisão; e
- c) inviabilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas.

Considerando a situação hipotética apresentada, analise os questionamentos apresentados pela empresa contratada, posicionando-se, de forma fundamentada, a respeito de cada um deles.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

Folha de Resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>